

Exmo. Sr. Vice-presidente da ANAFRE,
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal do Porto Santo,
Exmo. Sr. Coordenador das Delegações da ANAFRE
Exmo. Sr. Coordenador da Delegação da ANAFRE-Madeira,
Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Delegação,
Exmo. Sr. Presidente da Junta de freguesia do Porto Santo,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com especial satisfação que, em representação do Senhor Presidente do Governo Regional, participo neste Evento organizado pela Delegação da Madeira da Associação Nacional de Freguesias, a quem desde já felicito por esta iniciativa.

A realização deste Encontro de Freguesias constitui um importante momento de reflexão para todos os agentes que intervêm no desenvolvimento regional e local.

No momento em que se nos apresentam novos desafios que exigem decisões firmes e diferenciadas, este Encontro permitirá a discussão dos problemas que mais afligem as freguesias, intentar-se-á a consolidação de um plano de ação e, sobretudo, definir-se-á os caminhos para o futuro.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quero aqui reafirmar o nosso firme propósito de centrar a ação governativa na melhoria das condições de vida dos cidadãos, porque este é, e tem de ser, o fim último de tudo o que são as políticas públicas.

Esse processo, contudo, terá de ser feito tendo sempre em atenção a necessidade de a todo o tempo cumprirmos pontualmente todas as nossas responsabilidades, de modo a credibilizar a ação do Governo e a incutir confiança nos agentes económicos.

O Governo Regional terá de ser um fator de estabilidade, e, como tenho referido, facilitador da vida dos cidadãos e das empresas.

Daí a importância de mantermos as nossas finanças públicas equilibradas, até porque só assim teremos sucesso no regresso aos financiamentos bancários, sem qualquer apoio ou condicionante por parte do Estado, ele próprio limitador da nossa ação governativa e da nossa Autonomia.

E neste aspeto em particular recorro que a Região está neste momento a preparar uma operação para cobrir as necessidades de financiamento de 2016, destinado à amortização de dívida financeira.

Na sequência da abertura manifestada pelo Primeiro-Ministro na sua visita oficial à Região, a Secretaria das Finanças já solicitou a prorrogação do prazo do empréstimo do Estado por mais 7 anos, o que, a ser aceite, como é nossa expectativa, fará com que as necessidades de financiamento para 2016 sejam reduzidas dos 210 para os 186 milhões de euros.

Esta abertura da parte do Governo da República é resultado do bom desempenho financeiro da Região nos últimos 3 anos, que permitiu reduzir a dívida global em mais de 500 milhões de euros. Mas a consolidação orçamental e a redução da dívida não podem ser o fim último da ação governativa; terá de ser sempre um meio para proporcionar a todos uma vida melhor.

E porque assim é, foi com grande satisfação que vimos o anúncio do novo regime das passagens aéreas, que prevê um “teto” máximo de 86 euros para os residentes e de 65 euros para os estudantes.

Estas medidas concretas de apoio à Região são também o pronúncio dum virar de página no relacionamento institucional entre o Estado e a Região, que se espera traga um cada vez maior respeito e compreensão pelas nossas especificidades, tantas vezes esquecidas, incluindo os direitos das nossas autarquias locais, que não raras vezes foram discriminadas pelo Estado centralista.

E aqui quero realçar o papel que as autarquias locais – Municípios e Freguesias – têm tido no processo de consolidação orçamental do país, sendo de enaltecer a capacidade que têm tido para prestar, com cada vez menos recursos e autonomia, mais e melhores serviços às populações, alguns deles que caberiam ao próprio Estado.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

As freguesias, sendo as autarquias mais próximas das populações, desempenham um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento local, junto e com os seus cidadãos, prosseguindo os interesses e a vontade coletiva, combatendo as assimetrias e promovendo o crescimento económico e a coesão social das suas comunidades.

Esta proximidade às populações tem-lhes conferido uma enorme capacidade realizadora, fruto do profundo conhecimento da localidade, e da realidade, e dos seus problemas.

Assim tem sido nas freguesias da Madeira e do Porto Santo, pelo que o Governo Regional reconhece a importância do poder autónómico das freguesias.

Da mesma forma, confirma o papel insubstituível das freguesias para um desenvolvimento harmonioso e equilibrado, na valorização do património local, na intervenção social e cultural, e na segurança e proteção das populações.

Quero aqui referir que o Governo Regional não deixará de privilegiar a cooperação com o poder local, não só na defesa dos interesses deste, mas também na execução de projetos comuns, em cumprimento do princípio da subsidiariedade.

Este apoio poderá ter concretização através do acesso ao novo Quadro Comunitário, denominado ***Madeira 14-20***.

Este novo Quadro Comunitário inclui os apoios financeiros para a realização de projetos de investimento, formação e investigação e desenvolvimento, que se encontram estruturados em Eixos Prioritários.

No que se refere aos apoios mais vocacionados para a Administração Local, é de destacar o ***Eixo Prioritário 2***, que pretende a promoção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Administração e Serviços Públicos e o aumento da percentagem de população com acesso efetivo a esses serviços.

Igualmente importante poderá ser o ***Eixo Prioritário 4***, nomeadamente através da implementação de medidas de eficiência energética nas infraestruturas públicas.

A Administração Local pode ainda aceder aos apoios concedidos para a melhoria da capacidade dos serviços e da formação dos trabalhadores em funções públicas (Eixo Prioritário 10); à proteção do ambiente e promoção da eficiência de recursos (Eixo Prioritário 5); à promoção da inclusão social e combate à pobreza (Eixo Prioritário 8) e ao investimento em competências, educação e aprendizagem ao longo da vida (Eixo Prioritário 9).

A Administração Local tem ainda a possibilidade de ter acesso às transferências da União Europeia para o Desenvolvimento Rural, o PRODERAM, que tem como objetivo melhorar a competitividade do setor agrícola, cuidar do meio rural e do clima, e fortalecer o desenvolvimento do tecido económico e social das comunidades rurais.

Entre outros, neste Programa estão disponíveis apoios para a construção, beneficiação e/ou requalificação de caminhos agrícolas, para o desenvolvimento das zonas florestais e para a melhoria da viabilidade das florestas.

As Freguesias podem ainda candidatar-se aos Estágios Profissionais, ao Programa de Ocupação Temporária de Desempregados, bem como ao Programa Vida e Trabalho na vertente de Estágios Profissionais.

É ainda possível a criação de um Clube de Emprego ou de uma Unidade de Inserção na Vida Ativa (UNIVA), pequenas unidades de apoio à inserção profissional de desempregados.

Neste momento, estão a decorrer 18 Estágios Profissionais em Juntas de Freguesia.

No que respeita ao Programa de Ocupação Temporária de Desempregados, em 2014, o Instituto de Emprego suportou, relativamente aos desempregados colocados em Juntas de Freguesia, cerca de 1 milhão e 400 mil euros, valor este que é financiado em 85% pelo FSE.

Para 2015, foram atribuídas quotas de vagas a cada freguesia de modo a equilibrar os apoios entre elas e a ajustá-los à respetiva dimensão.

Já foram colocadas no corrente ano 170 pessoas. O número total previsto de novas entradas até final do ano, para todas as entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, é de 515, incluindo-se aqui também as Juntas de Freguesia.

Em termos financeiros, de janeiro a maio de 2015 já foi pago um total de 539 mil euros.

Esta é uma forma de combater a exclusão social mas também de potenciar o desenvolvimento local, sendo que neste aspeto em particular, as freguesias, pela proximidade aos cidadãos, desempenham um papel preponderante que é da mais elementar justiça enaltecer.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Sem querer me alongar mais, e sem a pretensão de ser alarmista, gostaria apenas de deixar aqui um alerta para o facto de o acesso aos Fundos Comunitários exigir uma contrapartida regional, lembrando também que os projetos são altamente escrutinados.

Não raras vezes, as ações de auditoria que estão subjacentes a este escrutínio levam a que seja necessário proceder a correções financeiras, o que exige alguma capacidade financeira às entidades beneficiárias.

Naturalmente que uma candidatura bem organizada e monitorizada esbate significativamente situações como estas.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Estou plenamente convicto de que esta iniciativa contribuirá para que, através da troca de conhecimentos, possamos traçar uma estratégia alinhada na defesa dos nossos interesses comuns.

Em nome do Governo Regional agradeço uma vez mais o convite para estar aqui presente, desejando a todos os votos do maior êxito para o Vosso trabalho futuro e reiterando o nosso total e incondicional apoio e solidariedade na defesa das Vossas legítimas e nobres causas.

Muito obrigado!

O Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública, 06 de Junho de 2015